

HABEAS CORPUS Nº 493.608 - SP (2019/0043856-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - SP231045
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME NUNES DE MELO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUILHERME NUNES DE MELO, contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente, condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso no art. 33, *caput*, e § 4º, da Lei nº 11.343/2006, após cumprir 1/3 da pena, formulou o pedido de livramento condicional, o qual foi deferido pelo juízo da execução.

A Corte de origem, no entanto, deu provimento ao agravo em execução interposto pelo Ministério Público, para afastar o benefício de livramento condicional, em razão de o sentenciado possuir reprimenda inferior à pena de 2 anos, de forma que não preenche o requisito legal para concessão da benesse, nos termos do artigo 83 do Código Penal.

Sustenta a Defensoria Pública que *não se mostra razoável a sujeição de um direito tão amplo como o livramento condicional somente aos condenados cuja pena privativa de liberdade seja igual ou superior a 02 (dois) anos* (fl. 4). Aduz que a *disposição constante da cabeça do art. 83 do Estatuto Repressivo, instituída em período anterior à Constituição Federal, pois o Código Penal data de 11 de julho de 1984, contraria, dentre outros, os princípios da igualdade e da razoabilidade, de tal modo que a questão deve ser resolvida no campo da não recepção* (fl. 6).

Requer, inclusive liminarmente, a restituição do benefício do livramento condicional concedido pelo Juízo da execução ao paciente.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de restituição do livramento condicional é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive

garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

